

# Unidade Nacional

Informativo do Sindicato dos Petroleiros de Duque de Caxias  
10 de junho de 2019 - Nº 665 - www.sindipetrocaxias.org.br



## PETROLEIROS REJEITAM CONTRAPROPOSTA DA PETROBRÁS

### RESULTADO DAS ASSEMBLEIAS:

Votantes	Total Geral					
	REJEIÇÃO ACT			GREVE DIA 14		
603	Sim	Não	Abst	Sim	Não	Abst
	596	4	3	574	4	27
	98,8%	0,7%	0,50%	94,9%	0,7%	4,5%

Os petroleiros e petroleiras que participaram das assembleias realizadas entre os dias 30 de maio a 6 de junho em todas as bases do Sindipetro Caxias, rejeitaram quase que por unanimidade a contraproposta da Petrobrás de Acordo Coletivo de Trabalho e aprovaram a participação da categoria na Greve Geral de 14 de junho.

Esta contraproposta rebaixa o atual ACT e retira muitos direitos dos trabalhadores do Sistema Petrobrás, além de tentar acabar com a representatividade dos sindicatos. A proposta da FUP é de nenhum direito a menos. E iremos brigar por nosso Acordo, que levamos anos e muito sangue e suor para conquistá-lo. **Todos à greve!**

Alguns dos principais ataques:  
**1 – HORAS EXTRAS**

Redução do acréscimo das horas extras à metade – dos atuais 100% passariam a ser 50%, inclusive para os casos do extraturno (dobradinhas – atuais cláusulas 11, 12, e 13). Fim da hora extra troca de turno (minutex – atual cl. 14). fim das horas extras de parada e partida de produção (atual cl. 11, § 7º).

**2 – RMNR**

Quitação (redução a zero) do passivo das ações de RMNR (cl.15, § 3º, da contraproposta).

**3 – AMS**

Aumento de nosso custeio na AMS. Passaríamos a pagar 50% do custo em 2022, já aumentando para 35%, ano que vem.



**4 – DISPENSA SEM JUSTA CAUSA**

Fim do Mobiliza e retirada dos capítulos iv (“da segurança no emprego”), e v (“planejamento, recrutamento, seleção e movimentação de pessoal”) – acabaria com todas as proteções contra despedidas arbitrárias, e contra despedidas por inovações tecnológicas, mudanças organizacionais, e vendas de ativos.

**5 – HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL**

Fim da obrigação de homologação da rescisão no sindicato (atual cl. 48) – o que é ainda mais grave ante as regras do PDV, que dão quitação geral de



qualquer direito trabalhista não pago.

**6 – ATAQUE AOS SINDICATOS**

Fim da liberação de dirigentes com ônus para a Petrobrás e fim do desconto em folha das contribuições sindicais.

**7 – PAGAMENTOS**

Fim da antecipação do 13º em fevereiro, ou nas férias (atual cláusula 2ª).



**8 – SALÁRIOS**

Congela a tabela salarial. Reduz gratificação de férias para 1/3.

**9 – DIA DE DESEMBARQUE E INTRAMUROS**

Acaba com a preservação de acordos regionais como Dia de Desembarque e Intramuros em Imbetiba.

**10 – VIGÊNCIA**

Reduz para um ano.

## Entenda porquê querem trocar as tabelas do Regime de Turno Ininterrupto de Revezamento

Os gerentes da Petrobrás fizeram reuniões com os trabalhadores das Refinarias, para anunciar que a atual tabela de turno não atende a legislação e está criando um passivo trabalhista calculado pelo jurídico em

torno de R\$ 5 bilhões.

Este passivo decorre do fato de haver na tabela sequências de 4 dias e ter folga de 24 horas sem a soma de 11 horas, referente ao intervalo mínimo.

Foi falado, também, que não haverá indenização do passivo, que o Sindicato não participará das negociações e que haverá 3 tabelas onde os trabalhadores poderão escolher, sendo a mais votada, a implantada.

### Não vote em nada, isto é uma armadilha

A gerência está disponibilizando aos trabalhadores 3 tipos de tabela de Turno, denominada A, B e C. Todas feitas pelos gerentes a fim de não ter a 4ª jornada e nem folga inferior a 35 horas. O Sindicato não concorda com o método, pois quem organiza a categoria é o Sindicato, como foi em 1992 quando conquistamos a nossa tabela.

Os trabalhadores do turno até 1988, trabalhavam com 4 grupos em regime de 8 horas, sendo a relação 3x1 (três

dias trabalhados com um dia de folga) conforme a lei 5811/72.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, veio o turno de 6 horas. O Sindicato não negociou a continuidade de turno de 8 horas, então a empresa teve que criar o turno de 6 horas e implantar a Quinta Turma. Mas ainda assim, este regime era ruim, pois só rodava bem com a sexta turma, que não veio. Então, em 1992, a direção do Sindipetro Caxias organiza um plebiscito para discutir uma nova

tabela de turno. Foram colocadas para a categoria 12 opções de tabelas, que foram votadas e uma foi aprovada pelos trabalhadores e é aplicada até os dias de hoje. Agora, passam a ter 5 grupos de 8 horas, com a relação 3x2 conquistada por ACT.

Foi a nossa luta que conquistou a Quinta Turma, as folgas e o intervalo mínimo de 11 horas intrajornadas. Nossa luta é manter o que já conquistamos, por isso não participe de nenhuma campanha da Petrobrás.

## Petroleiros aderem à greve geral do dia 14 de junho

Após manifestações massivas do #15M e #30M (15 e 30 de maio), trabalhadores e trabalhadoras vão entrar em greve geral contra a Reforma da Previdência, no dia 14 de junho. Aprovado em assembleia pelos trabalhadores de todos os sindicatos da FUP, os petroleiros também irão aderir ao movimento nacional.

Movimentos sociais, populares e estudantis farão a paralisação contra o desmonte de políticas públicas promovido pelo governo Bolsonaro e contra retrocessos na aposentadoria.

Além dos petroleiros, diversos setores irão aderir à greve. Servidores municipais e estaduais, professores, bancários, metalúrgicos, químicos, trabalhadores do saneamento, do

vestuário, da saúde, metroviários e outros setores do transporte, jornalistas, radialistas e comerciários estarão lado a lado com os petroleiros em defesa da previdência pública.

Nas bases do Sindipetro Caxias, os trabalhadores além de aprovar a participação no dia 14, aprovaram estado de assembleia permanente e estado de greve.





## Vendilhões da categoria

Na REDUC, um grupo de trabalhadores, muitos da oposição sindical, resolveu se unir a um grupo de advogados para minerar a empresa, indo contra a Petrobrás e as conquistas do Sindicato, propondo ações que ferem nosso Acordo Coletivo. Um tipo de ação proposta por este grupo é o fim do AHRA em troca do pagamento de Hora Extra do horário da refeição,

querem a troca da comida in natura por Vale Refeição, venda do ATS, da quinta turma e como dizem os vendilhões, vender tudo que pode!

Nocasodatabeladeturno, reivindicam o pagamento da 4ª jornada e da diferença do intervalo mínimo nas folgas. Para isso, utilizaram a lei 5811/72, alegando que para cada 3 jornadas trabalhadas deveria existir 1 (uma) folga, além do

intervalo mínimo de mais 11 horas na folga. Por coincidência, o advogado da Petrobrás, perde prazo na primeira instância e não protocola o recurso. Depois em segunda instância, de novo o advogado da Petrobrás perde prazo. Então transitou em julgado e veio a execução, com cálculos milionários.

Só um trabalhador receberia R\$ 3 milhões, mas enquanto se fazia cálculos,

o gerente amigo começou a pagar o quarto dia e o intervalo mínimo da folga para estes trabalhadores. Sem aplicar a lei, 3x1, continuou aplicando o mais benéfico que era o ACT 3x2.

Só agora resolveram aplicar para estes trabalhadores a lei e parar de pagar Hora Extra. Estranhamente agora, querem aplicar isto para todo o Regime de Turno, prejudicando toda a categoria.

## Privataria é com Supremo e com tudo. A luta é nas ruas

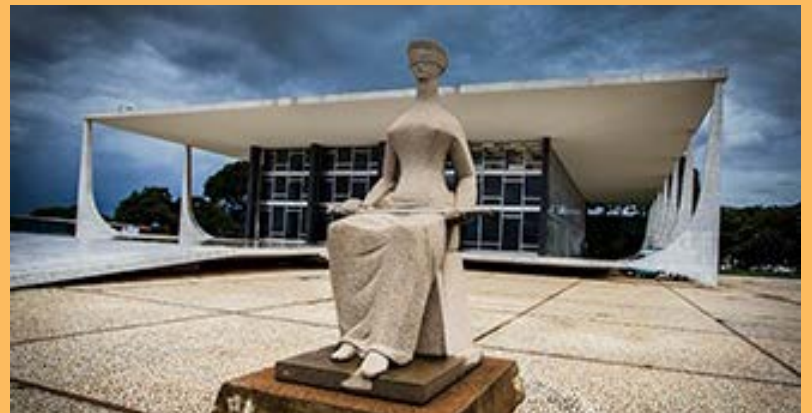
[FUP]

Ao permitir a venda de todas as subsidiárias de estatais, sem necessidade de licitação ou autorização prévia do poder legislativo, o Supremo Tribunal Federal (STF) dá sequência ao “grande acordo” de 2016, “com Supremo, com tudo”, que resultou no impeachment arbitrário da presidenta Dilma Rousseff e no caos institucional, que mergulhou o país em uma crise sem precedentes.

Se subsidiárias e ativos estratégicos da Petrobrás, como refinarias, dutos e campos de petróleo, já estavam sendo vendidos à revelia da decisão liminar do ministro do STF, Ricardo Lewandowski, imagine agora, “com o Supremo, com tudo”?

Não por acaso, o presidente da petrolífera, Roberto Castello Branco (e todo o alto escalão da empresa) acompanhou pessoalmente as sessões do julgamento do STF, frente a frente com os ministros do Tribunal, na primeira fileira do plenário. Na saída, ele comemorou a decisão do Supremo, afirmando que foi “um dia muito feliz, uma grande vitória para o Brasil”.

Sua felicidade soa como alívio, diante dos compromissos assumidos com o mercado e as multinacionais. O feirão das estatais, que já estava a pleno vapor, agora se institucionalizou de vez com a liberação do STF para vender as subsidiárias, sem respeito às exigências legais. Só na Petrobrás, são 35 subsidiárias, entre elas a Transportadora Associada de Gás (TAG),



cuja venda já havia sido concluída em abril, a Araucária Nitrogenados (Fafen-PR), a Unidade de Fertilizantes do Mato Grosso do Sul, a Liquigás e a BR Distribuidora, que estão em processo de entrega.

Como a FUP vem alertando desde o golpe de 2016, cabe aos trabalhadores e à sociedade civil organizada defender o patrimônio público e a soberania nacional. A principal luta a ser travada é nas ruas, lado a lado com o povo, fazendo a disputa sobre a importância de

empresas estatais, como a Petrobrás para um projeto nacional de desenvolvimento e geração de emprego e renda.

Os petroleiros sabem que estão diante de uma luta de classes e que o ataque é ideológico. Por isso, a categoria rejeitou por unanimidade a proposta da gestão da Petrobrás de desmonte do Acordo Coletivo de Trabalho, que pavimentava o caminho para a privatização, e aprovou estado de greve e paralisações no dia 14 de junho, durante a greve geral.